
COMPORTAMENTO DO PRONOME RELATIVO “QUE” EM TEXTOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

MENDONÇA, Maria Eunice B. Vidal¹
TOSTA, Aline da Silva²

RESUMO: O presente trabalho examina, sob uma perspectiva funcionalista, o pronome anafórico “que” em cláusulas relativas. Trabalhar-se-á com um *corpus* composto por textos de alunos matriculados numa sexta série do ensino fundamental, objetivando, também, apontar a influência que a língua oral exerce sobre a escrita deles. A análise dos dados permite afirmar que o usuário da língua recorre a estratégias de estruturação das relativas, contrariando a norma padrão: via de regra generaliza o “que” como um relativo universal e recorre a um pronome pessoal para desempenhar a função anafórica, ou deixa vazia a casa estrutural do pronome anafórico (anáfora zero). Desse modo, confirma-se nossa hipótese de que a anáfora pronominal funciona como um expediente produtivo da língua que torna mais fácil, no nível pragmático, o processamento da informação. Foi possível concluir, então, que o emprego dos anafóricos em cláusulas relativizadas mereceria uma revisão no ensino da língua portuguesa no ensino fundamental.

Palavras-chave: Relativização. Pronome anafórico. Língua oral.

SUMMARY: The present research analyze, through a functionalist perspective, the anaphorical pronouns “that” in relative clauses. It will work a corpus composed by student’s writings studying in sixth grades of High School, having as objective, too, point the influence that the oral language has in their writings. The analyse of the datas allows to confirm the user of the language get to strategies of structuration of the relatives, going against the formal way: becomes generic “that” as na universal relative and get to a personal pronoun to have the anaphorical function, or let empty the structural part of the anaphora pronoun (no anaphora). In this way, confirm our hypothese that the pronominal anaphora works as a produtive resource of the language that becomes easier, in the pragmatic level, the process of information. It was possible to conclude, then, the use of the anaphorical in relative clauses need a revision in the teaching of portuguese language in High School.

Keywords: Relativization. Anaphorical pronouns. Oral language.

INTRODUÇÃO

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante, NGB), roteiro que orienta o ensino da gramática da língua portuguesa nas escolas do Brasil, apresenta a subordinação no item relativo ao estudo do período composto. Adequando-se a essa orientação oficial, as gramáticas de nível fundamental a que os estudantes têm mais freqüentemente acesso deixam, muitas vezes, de ressaltar as relações de sentido que se estabelecem pela articulação de diferentes orações no interior dos períodos.

Neste trabalho, sem a pretensão de aclarar esse desvão, pretendemos apenas examinar as Cláusulas Relativas, reconhecendo-as, no processo de encaixamento sintático, como um recurso facilitador para a construção do sentido e para a coesão de enunciados que se pretendem produzir.

1 Doutoranda em Lingüística e Língua Portuguesa pela UNESP de Araraquara-SP., Profa. de Língua Portuguesa do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava.

2 Graduanda em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Fundação Educacional de Ituverava.

Dessa maneira, esta pesquisa pretende verificar como alunos, matriculados numa sexta série do ensino fundamental, têm utilizado o pronome relativo “que”, elemento de retomada de um antecedente de natureza substantiva ou pronominal na oração matriz, e ressaltar os reflexos da oralidade na escrita de seus textos.

Verifica-se, aqui, o processo de apropriação da linguagem escrita, baseando-se nos aspectos da língua falada, pois os alunos, por estarem ainda em uma das séries do ensino fundamental, transferem as características da oralidade para a escrita.

A opção pela análise do pronome anafórico, na organização das relativas, justifica-se pela curiosidade em observar a sua importância no empacotamento das informações, e com que frequência os alunos recorrem a estratégias não prestigiadas da língua, contrariando, muitas vezes, por assim dizer, a norma padrão. Esse uso que contraria o padrão culto talvez se explique pela “confusão”, ou melhor, “choque” que se estabelece entre as modalidades escrita e falada. Uma demonstração bastante clara dessa situação encontra-se registrada no *corpus* escolhido, que se constitui de textos redigidos por alunos de sexta série do ensino fundamental³, no qual foi observada a utilização das orações adjetivas com o pronome relativo em sua função coesiva de retomada

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a expressão do pronome relativo, tomamos, aleatoriamente, textos produzidos por alunos de uma sexta série do Ensino Fundamental. Feita a leitura de todo o material, separamos alguns que constituíssem um *corpus* representativo, sem a preocupação com problemas de ordem puramente gramatical. Só então iniciamos a seleção necessária para o estudo a que nos propúnhamos, destacando os fragmentos que satisfaziam os objetivos deste estudo.

Centramos a atenção em enunciados relativizados, com o intuito de investigar o uso da cláusula relativa na escrita, considerando as influências transmitidas pela modalidade oral da língua.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Muitos lingüistas vêm dando especial relevo à função social da linguagem, isto é, o homem usando a língua: vivendo em comunidades, comunicando-se com os seus semelhantes, estabelecendo com eles relações as mais variadas e obtendo deles reações ou comportamentos; atuando sobre eles das mais diversas maneiras, interagindo socialmente por meio da sua linguagem.

A fim de situar a concepção de língua e quadro teórico funcionalista em que se esteia este trabalho, recorreremos a Castilho (2002), que entende como característica da abordagem funcionalista:

³ Todos os fragmentos de textos citados na análise foram obtidos junto à EMEF “Capitão Emídio” de Miguelópolis SP.

A língua é um **instrumento de interação social**, cujo correlato psicológico é a **competência comunicativa**, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões lingüísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações. (grifos nossos)

Dessa maneira, o posicionamento teórico, o qual perfilhamos, é o Funcionalismo, que considera a língua em uso, ou seja, tem como interesse básico a verificação de como se processa a comunicação, isto é, de como os usuários dessa língua se comunicam eficientemente. Dessa maneira, o Funcionalismo representa uma tentativa de explicar a forma da língua por meio do uso que dela se faz.

Essas noções, contudo, não nos parecem muito claras, se levarmos em conta uma definição tradicional para as orações subordinadas adjetivas que diria, apenas e tão-somente, que elas desempenham a função sintática de adjunto adnominal com relação à oração principal, isto é, qualificam (explicação) ou especificam (restrição) algum termo da oração principal.

Desse modo, procuraremos ir além da proposta da NGB, considerando, principalmente, que o sistema lingüístico põe à disposição do falante variada gama de recursos para relacionar ou fundir orações entre os quais ele tenha percebido pontos de contato. Isso possibilita uma interação comunicativa mais concisa e eficaz. Com mais treino, a criança que escreve hoje “Eu tenho uma boneca. Minha boneca é bonita”, passará a redigir: “eu tenho uma boneca que é bonita”.

Neste caso, houve a inserção de uma oração em outra por um processo de relativização que, segundo Borba (1998), é um mecanismo *que consiste na anteposição de um operador, anulando-se os constituintes idênticos para o encaixe das frases*. É dele o exemplo:

Vi a mulher [a mulher era caolha] na praça > Vi a mulher **que era caolha** na praça.
(p.195)

Cabe, porém, a importante ressalva de que esse recurso traz vários tipos de problemas. Um deles tem a ver com a própria natureza do verbo da oração relativizada. No caso de o verbo reger complemento preposicionado, deverá a preposição anteceder o operador “que”.

O remédio **de** que lhe falei encontra-se em qualquer farmácia.

Acontece, porém, que é comum, no uso coloquial, a omissão da preposição e, facultativamente, o complemento preposicional. É variante da forma tradicionalmente aceita pelo padrão culto:

O remédio \emptyset que lhe falei (dele) encontra-se em qualquer farmácia.

A propósito, uma outra explicação que justifica a tendência para esse tipo de omissão, na língua popular, pode ser encontrada em outros autores, como por exemplo, Mollica (1997), que denomina de **relativização cortadora** construções do tipo:

É um pessoal que eu falo.

Para a autora, essa oração é prestigiada em relação a outras que apresentam, em sua terminologia, **pronome sombra**, passíveis de dubiedade morfológica, como:

É um pessoal que eu falo com **eles**.
É um pessoal que eu falo com **ele**.

É Borba, ainda, que aponta um outro problema, que diz respeito ao valor das construções relativas:

A idéia expressa pelas explicativas constitui uma nota ou traço construtivo do valor semântico total do núcleo (cf. Iracema é um romance, em “Iracema, **que é um romance**, foi escrito por Alencar”); os traços semânticos expressos pelas restritivas não fazem parte dos traços do núcleo (cf. nem todo homem é piedoso, em “Os homens **que são piedosos** são caritativos.”)

Cumpre lembrar que, para Borba, nem sempre as relativizadas são exclusivamente restritivas ou explicativas, devendo-se levar em conta, pois, o **contexto**.

Lembramos, ainda, as palavras de Bastos (2004):

Não é nova a constatação de que o usuário recorre a estratégias de estruturação das relativas, contrariando a norma padrão: via de regra generaliza o “que” como um relativo universal e recorre a um pronome pessoal para desempenhar a função anafórica, ou deixa vazia a casa estrutural do pronome anafórico (anáfora zero).

Assim, para o autor, os períodos costumam ter as seguintes realizações:

- (1). O Ministro tem amigos que (eles) Ø exercem muita influência.
- (2). O Ministro tem amigos que o Presidente não aprova (eles) Ø.
- (3). O Ministro tem amigos que o Presidente não gosta (deles) Ø.
- (4). O Ministro tem amigos que o Presidente tem muita admiração (por eles) Ø.
- (5). O Ministro tem amigos que a influência (deles) Ø é grande.

Às duas estratégias não-padrão, Tarallo (*apud* BASTOS, 2004) chama de **copiadora**, ou **resumptiva** (aquela em que o falante recorre ao pronome-lembrete) e de **cortadora** (aquela em que ocorre a anáfora zero). Sobre a primeira, ele demonstra que seu uso é bastante antigo e extensivo a outras línguas. O fato lingüístico que a condiciona seria a não codificação de caso no marcador relativo (o pronome resumptivo seria, com efeito, um meio de estabelecer correferência entre o sintagma nominal da oração relativa e o sintagma núcleo da matriz).

Em análise diacrônica de 1725 a 1880, esse lingüista constata que a estratégia cortadora é uma inovação do português falado no Brasil e que é crescente sua freqüência. A tese de Tarallo se confirma em Kato (*apud* BASTOS, 2004) segundo a qual a estratégia cortadora seria favorecida pelo uso cada vez mais freqüente da elipse em contextos anafóricos.

De acordo com Cagliari (1997), no momento do ingresso na escola, a única experiência lingüística dos alunos diz respeito à modalidade oral e muitos dos problemas apresentados nos

textos podem ser compreendidos, quando se tem em mente que o aluno tenta transpor para a escrita suas reflexões acerca da oralidade.

Dessa maneira, podemos entender que os alunos transpõem para o texto escrito, não suas experiências com esta modalidade. Eles não passam suas experiências como sujeitos apropriados do português escrito, mas, sim, como sujeitos participantes de uma comunidade que tem maior participação na língua oral.

Para Bagno (1999), romper com o círculo vicioso do preconceito é reavaliar a noção de erro. Assim, podemos afirmar que as variantes utilizadas pelos alunos não devem ser caracterizadas como erros, pois a língua falada, principalmente a coloquial, em uso, aceita as variações contextualizadas dos falantes. Já na língua escrita, o que ocorre são desvios, devido à maior experiência que se adquire com o uso da língua oral.

UMA BREVE ANÁLISE DA RELATIVIZAÇÃO NO *CORPUS*

Ocupar-nos-emos, aqui, da análise de alguns fragmentos dos textos de alunos, que constituem o *corpus* desta pesquisa. Verificam-se variações utilizadas pelos alunos na redação das estruturas relativas.

Neste ponto, partimos de duas hipóteses básicas para a verificação do que propusemos. Primeira, a anáfora pronominal deve funcionar como um expediente produtivo da língua, capaz de facilitar, no nível pragmático, o processamento da informação. Uma outra, que entende as variantes selecionadas como um “espelho” da oralidade na escrita, uma vez que os alunos, ainda em série do ensino fundamental, não atingiram a maturidade para lidar com a escrita segundo os padrões de exigência da norma culta.

Vale ressaltar que foram analisadas, nos textos dos alunos⁴, somente os aspectos estruturais das orações adjetivas, descartando-se problemas como ineficácia ortográfica e outros.

FRAGMENTO DE TEXTO 01

- a- O nome dele é saci que fica atentando e estragando as coisa ...
 b- ... ele gosta de atentar a bruxa Jacaré, que o nome dela é Keca.
 (grifo nosso)

Na sentença “a”, o aluno utiliza o relativo como elemento de retomada do nome “saci”, já mencionado na frase, o que ilustra bem a variante tradicionalmente aceita pelo padrão culto da língua, isto é, o usuário recorre ao relativo para facilitar o processo de informação, facilitando a comunicação.

A sentença “b” exemplifica um caso em que o redator recorre ao pronome anafórico, cópia do sintagma nominal antecedente da cláusula encaixada relativizada. O redator deixa transparecer a ligação entre oralidade e escrita, uma vez que reproduz, em seu texto, uma ocorrência típica da fala, na qual o usuário da língua se apropria do pronome anafórico como forma de destacar determinada informação para facilitar o entendimento de seu interlocutor.

⁴ Os fragmentos de textos dos alunos foram transcritos fielmente.

FRAGMENTO DE TEXTO 02

- a- O livro que ela precisou hoje...
 b- ... o mesmo que precisou na aula passada...

As frases transcritas acima representam um outro reflexo da oralidade na escrita, pois o padrão culto da língua daria como bem elaboradas as sentenças encaixadas que se dispusessem da maneira seguinte:

- a- O livro de que ela precisou hoje...
 b- ... o mesmo de que precisou na aula passada...

A língua coloquial, contudo, tende a excluir essas formas pertencentes ao padrão culto.

FRAGMENTO DE TEXTO 03

... foi nesta viagem que ela conheceu Fredy, que ela se apaixonou por ele.

No fragmento 03, o redator se utiliza do pronome lembrete “ele” como uma maneira trazer maior destaque à informação transmitida, uma vez que o nome, no trecho em particular, “Fredy”, já fora citado anteriormente. O pronome lembrete na frase tem a função de dar maior enfoque ao antecedente da estrutura relativizada.

Outra vez nos deparamos com reflexos da oralidade na escrita, valendo-nos da idéia de que estruturas como essa, transcrita acima, são desprivilegiadas pela norma culta do português do Brasil.

FRAGMENTO DE TEXTO 04

Ela disse a Kesse que sua amiga que queria ser igual a ela que se chama Mônica estava doente.

Muitas vezes, o uso excessivo da palavra “que” compromete a interação comunicativa. No período acima, por exemplo, existe uma curiosa relação de ambigüidade na sentença encaixada, pois não se sabe de quem é a amiga e, menos ainda, quem quer ser igual a quem. Uma maneira de desfazer essa dupla interpretação do enunciado seria aliviar o “queísmo” que, inclusive, desmerece a sua coesão.

FRAGMENTO DE TEXTO 05

- a- Era uma vez um pequeno menininho que tinha um amigo que ninguém via **ele**.
 b- ... tinha um amigo que ninguém via **Ø**.

Inicialmente, o redator recorre ao relativo como maneira de facilitar o “empacotamento” da informação, colaborando para tornar mais clara a estrutura do seu enunciado.

Na primeira estruturação frasal, observamos a ocorrência do pronome lembrete ou pronome sombra “ele”, elemento usado para retomar um termo, já citado na frase, “amigo”.

Já na segunda, não existe pronome sombra, não há retomada do termo “amigo”, dizemos, então, que a estrutura é constituída por anáfora zero ou relativa cortadora.

As regras da gramática normativa, contudo, excluem essas possibilidades de construções relativizadas.

Os conceitos gramaticais, a nosso ver, colocam à margem estruturas como essas, porém, elas ocorrem naturalmente na língua oral e são compreendidas, perfeitamente, pelos interlocutores. Entendendo assim, podemos pensar que a gramática normativa deixa a desejar neste quesito, tendo em vista que estruturas, como as transcritas acima, só ocorrem em textos de língua coloquial e possibilitam o desenrolar de informações “desligadas” do padrão formal.

CONCLUSÃO

Concluimos que o sistema lingüístico põe à disposição do falante mais de uma possibilidade de uso das construções relativizadas e afirmamos, com segurança, que escrita e fala estão interligadas na produção de textos analisados neste trabalho. Isso significa, a nosso ver, que essa estreita relação entre as duas modalidades de língua mereceria maior atenção por parte daqueles que trabalham no ensino da língua portuguesa, principalmente, no ensino fundamental.

Percebemos que os alunos, nos excertos analisados, utilizam o pronome relativo como uma forma de oferecer maior ênfase às suas informações. Ao usarem o pronome lembrete nas estruturas relativizadas, despreocupados com a rigidez escrita, demonstraram não terem se apropriado completamente, ainda, da forma padrão.

É importante lembrar que a enorme influência da língua em uso define as interações **colaborativas** entre os falantes, ou seja, na estruturação relativizada, cada um vai acrescentando pronomes lembretes ou a supressão deles de modo a facilitar a compreensão do outro. Quando existem digressões, quebras, cortes (descontinuidades), estes são resolvidos com ajustes que a língua permite, cujas regras não estão padronizadas, e, muitas vezes, desprezadas no ensino.

Comprovam-se, assim, as hipóteses centrais deste trabalho - de que, em primeiro lugar, as relativas, com pronome anafórico ou ausência dele, constituem-se como recurso altamente produtivo da língua, capaz de facilitar, no nível pragmático, o processamento da informação. Depois, o texto oral dialoga com o escrito, na medida em que se usam estratégias planejadas para organização de raciocínios que, muitas vezes, são consideradas erradas.

Sabemos que, ao longo do tempo, algumas inovações da língua acabam sendo assimiladas pela norma, mostrando, dessa forma, alguns aspectos que a gramática normativa deixa de focar. Tendo em vista as constantes modificações pelas quais passou e ainda passa a língua ao longo dos anos, é questionável a noção de erro.

Finalmente, convém lembrar que os textos aqui analisados, embora representativos de uma sexta série, não sugerem que a conclusão a que se chegou é, de algum modo, generalizável para outros textos produzidos por outros alunos do ensino fundamental. As redações apenas seguem a estrutura não-padrão de emprego das relativas, mas esboçam estratégias bem definidas, facilitadoras da interação comunicativa. Além do mais, servem de exemplo no próprio ensino da língua, quando se explicitarem quais as estratégias que se podem seguir para melhor interpretar os fenômenos lingüísticos em contextos de uso.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** 36. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

BASTOS, W. A. Ordem de constituintes em relativas. **Estudos lingüísticos XXXI**, São Paulo: v.31, 2002. CD-ROM.

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos lingüísticos.** 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nacional, 1998.

CASTILHO, A. T. de. Lingüística cognitiva e tradição funcionalista. GEL - Grupo de Estudos lingüísticos do Estado de São Paulo, 50, 2002, São Paulo. **Estudos lingüísticos**, v.32. Mesa-redonda. CD-ROM.

MASSINI-CAGLIARI, G. **O texto na alfabetização: coesão e coerência.** Campinas: Aurora, 1997.

MOLICA, M. C. Anáforas em relativas no português do Brasil. **Alfa**, São Paulo, v. 41, n. esp., p. 171-79, 1997.

